

Impresso Especial

467/2001 - DR/BSB SINDSEP-DF

Ano XIX

No. 201

07 e 13 de agosto de 2006

Boletim do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - Brasília-DF - www.sindsep-df.com.br - imprensa@sindsep-df.com.br

Senhores Deputados, Senhor Presidente da República: **Atendam** *todas* as nossas reivindicações!

a quinta-feira, dia 03.08, uma Assembléia do Sindsep-DF discutiu a situação das Medidas Provisórias 295, 301, 302 e 304, que o governo enviou ao Congresso no último dia do prazo legal.

As relatoras que já receberam a Condsef em audiência, deputadas Mariangela Duarte (PT-SP) e Maria Helena (PSB-RR), manifestaram seu apoio às reivindicações da categoria, apresentadas na forma de emendas às MPs. No entanto, foi lembrado pelas assessorias que toda emenda que aumente gastos seria inconstitucional, pois avança em prerrogativa do poder executivo e poderia ser vetada ou ser alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

Diante disso, uma questão se coloca: limitaremos nossa luta somente às mudanças que não impliquem aumento de gastos, adiando as reivindicações mais importantes para 2007? Ou mantemos o conjunto das reivindicações que motivaram as mobilizações e greves de 2005 e 2006 e exigimos já, agora, imediatamente, que o governo encontre com os parlamentares solução para problemas que não fomos nós que criamos?

Inconstitucional é a miséria, inaceitável é o caos!

A Assembléia do Sindsep-DF respondeu de forma unânime a essa questão: vamos nos dirigir formalmente ao governo e aos parlamentares exigindo o atendimento de todas as reivindicações. Antes de mais nada, trata-se de uma questão política: continuar beneficiando os banqueiros,

latifundiários e multinacionais ou atender aos servidores, investir nos serviços públicos, gerar empregos e, assim, afastar o caos que já ameaça o país?

A mobilização é perma-

nente. Ativos, aposentados e pensionistas, servidores e servidoras de todos e de cada um dos órgãos públicos estão convocados enviar emails aos parlamentares, acompanhar a tramitação das MPs na Câmara dos Deputados e manter firme a mobilização em seus locais de trabalho. Nos períodos de votação das MPs, os servidores ocuparão os corredores do Congresso.

Votação da MP 295 adiada para setembro

De 1 a 3 de agosto havia quorum no Congresso, mas nenhuma votação ocorreu por falta de acordo entre o governo e oposição. O impasse acabou impedindo a votação da MP 295, que trata das carreiras do Banco Central e Ciência e Tecnologia, cujo relator é o deputado Paulo Pimenta (PT-RS). A medida precisa ser votada até o dia 26 de setembro, para que não perca sua vigência.

A previsão é que a MP 295 seja votada no próximo "esforço concentrado", marcado para os dias 4, 5 e 6 de setembro. Nesse momento, ela será a terceira MP a obstruir a pauta, de um total que chegará a 22.

Depois de setembro, a próxima sessão ordinária da Câmara está prevista para a primeira semana de outubro, depois das eleições, quando deverão entrar na pauta as MPs 301, 302 e 304. O prazo para os parlamentares apresentarem emendas às medidas já terminou e, ao todo, elas somam 415. O relator de cada uma das MPs é o único que pode acolher novas emendas e incluí-las no Projeto de Lei de Conversão (PLV), por isso o esforço para discutir as propostas dos servidores com os relatores. A MP 302 é a única que continua sem relator.

Resoluções da Assembléia do Sindsep

Em 03.08, por unanimidade, os servidores decidiram se dirigir ao governo e ao Congresso para reafirmar todas as reivindicações que a categoria já apresentou como emendas (veja o EG 200). Portanto, não será aceito o argumento da "inconstitucionalidade" para nenhuma delas.

Outros pontos aprovados são: a) Plano de Carreira dos servidores da Advocacia-Geral da União (AGU); e b) no Itamaraty, a extensão ao pessoal do PCC/PGPE

dos valores remuneratórios concedidos aos oficiais e assistentes de chancelaria na MP 302. Essas propostas serão encaminhadas à Condsef para consolidação e apresentação no Congresso.

Carta a Lula

A assembléia também reafirmou a independência do sindicato em relação a todos os partidos e governos. A independência se materializa na defesa das reivindicações da categoria, que estão expressas na Carta Aberta ao Presidente

Lula, aprovada no 12° Congresso do Sindsep, em março, que pergunta "para quê um segundo mandato? Para atender nossas reivindicações ou para continuar beneficiando os grandes empresários nacionais e multinacionais?"

Força-tarefa para a Cultura

Outra decisão foi convocar os servidores do Ministério da Cultura e órgãos ligados para uma força-tarefa que vai atuar no parlamento. O objetivo é garantir os recursos necessá-

rios à implantação do Plano Especial de Cargos do MinC. A mobilização integra a luta geral para garantir recursos para 2007, tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Aposentados reforçam luta no Congresso

Em 25.07, aposentados e pensionistas também já haviam se reunido e decidido reforçar a luta no Congresso Nacional pela aprovação das emendas às MP 301 e 304. Eles formaram uma comissão que irá ajudar na mobilização para acompanhar os trabalhos na Câmara dos Deputados, em especial de 4 a 6 de setembro, durante mais um "esforço concentrado" do Congresso. Os aposentados e pensionistas querem garantir o respeito à Constituição Federal com emenda que estabelece a paridade. Também vão lembrar aos parlamentares que aposentados e pensionistas são parte da classe trabalhadora e merecem ter seus direitos respeitados.

O resultado da terceirização e da municipalização (1)

esde 2001, a "máfia dos sanguessugas" teria movimentado cerca de R\$ 110 milhões, segundo a Polícia Federal. A existência desse "esquema", como de outros, era facilitada pelo desmonte do serviço público e pela transferência para empresas contratadas ou terceirizadas, de funções vitais. No escânda-

lo das ambulâncias, a pessoa que fazia a ligação com o Ministério da Saúde não era servidora e sim nomeada com DAS, sem concurso público e, portanto, sem responsabilidade de servidora pública, para exercer "função de confiança".

Em nome do Sindsep-DF e demais sindicatos filiados, a Condsef encaminhou ofício à Presidência da República e aos Ministérios da Justiça e da Saúde cobrando esclarecimentos em relação ao escândalo das fraudes em licitações públicas e exigindo a realização de concursos públicos para suprimir as terceirizações.

Com a terceirização do serviço público, o governo gastou este ano R\$ 415 mi-

lhões. Em 2005, foram R\$ 110 milhões, numa situação em que, muitas vezes, os terceirizados não recebem FGTS, 13º salário, férias, entre outros direitos. Em defesa do serviço público e dos direitos trabalhistas, o Sindsep-DF cobra a realização de concurso público para as funções realizadas por terceiros. *Voltaremos ao assunto*.

Reintegração dos anistiados

Em ofício de 25.07, a Condsef, a pedido da Comissão de Anistiados do Sindsep-DF, solicitou uma audiência com o diretor do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), Eduardo Carvos Scaletsky. A audiência é uma forma de pressionar a edição da Portaria que abre vagas e disponibiliza recursos orçamentários para a reintegração dos servidores anistiados. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o MAPA já apresentaram um pedido formal para a reintegração dos anistiados.

Funasa sem serviço médico

Sem remédios e equipamentos de primeiros-socorros, o serviço médico da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) assistiu, há um mês, em suas dependências, a morte do senhor Cairo Vilela dos Reis (57), vítima de ataque cardíaco. As condições do serviço médico da Funasa foram discutidas pelo Sindsep-DF em inúme-



ras audiências com dirigentes do órgão. Mas, as diretorias são trocadas e o problema continua. Como a maioria dos servidores e funcionários do órgão lidam, quase que diariamente, com material tóxico, o Serviço Médico é indispensável. Quando necessário, esses profissionais são transportados em veículos particulares para hospitais próximos. No dia 11.06, o diretor administrativo da Funasa, informou ao Sindsep-DF que já existe uma licitação prevendo a compra de equipamentos e remédios (foto). Continuaremos acompanhando.

Bacen marca encontro nacional

O Sintbacen (Sindicato dos Técnicos do BC) e o Sindsep-DF estão ultimando os preparativos para convocar o Encontro Nacional dos Servidores do Banco Central, que deverá ser realizado em setembro. No temário, está prevista a apresentação de propostas relativas à organização sindical, plano de carreiras, o papel do Banco Central na sociedade e campanha salarial, entre outras questões.

SINDSEP-DF Expediente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212- 1900. Redação: Edison Cardoni, Giselle do Valle. Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP – Fotos: MI Management – Tiragem: 10.000 – Impressão: Red Graf



Em assembléia nacional na segunda-feira, dia 31.07, os servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) discutiram, entre outros pontos emergenciais, a terceirização e a integração dos concursados; a reestruturação do órgão; a extensão da GDIT para todos os servidores do Departamento; o início da campanha salarial e o fortalecimento do DNIT enquanto instituição.

Na terça-feira, dia 01.08, os servidores realizaram um ato de lançamento da campanha salarial 2007. O objetivo é reajustar os salários com base na melhor tabela salarial do Poder Executivo da atualidade. À tarde, o Sindsep-DF e a Asdner, representando os servidores, se reuniram com o diretor-geral do DNIT, Mauro Barbosa. Ele se comprometeu a encaminhar todos os pontos da pauta de reivindicações dos servidores ao governo. O sindicato ressaltou a preocupação com a retirada de funções do órgão, em especial com os projetos de iniciativa da Polícia Rodoviária Federal que tramitam no Congresso, e da atividade de engenharia, que vem sendo realizada pelo Exército.

A Portaria 331/05, que estabelece que os servidores concursados substituem a mão de obra terceirizada, e infraestrutura para receber os novos servidores também foram assunto da discussão. Até o presente momento, não existem mesas, cadeiras e computadores suficientes para os 300 servidores que tomarão posse em Brasília, dia 17 de agosto. As entidades informaram que farão uma atividade de boas-vindas aos recém-concursados. Barbosa disse que irá participar da palestra e também se comprometeu a levar um representante da ouvidoria e do Ministério Público. A idéia do evento é mostrar aos servidores a importância do concurso público para o fortalecimento da administração pública contra a precarização hoje existente.

1º FEMSP - eliminatória Sexta-feira - 18.08 - 18h30 Auditório do Sindsep-DF

5 x 3 contra a Reforma Administrativa no STF

A Emenda Constitucional 19/98 (Reforma Administrativa), herança do governo FHC, pode ser derrubada no Supremo Tribunal Federal. A substituição do regime jurídico único para os servidores públicos por regimes jurídicos múltiplos está sendo questionada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 2135 ajuizada em 98, pelos partidos PT, PDT, PC do B e PSB.

A Adin já recebeu cinco votos favoráveis (ministros Néri da Silveira, Eros Grau, Carlos Aires Brito, Sepúlveda Pertence e Ellen Gracie) e três votos contrários (ministros Ricardo Lewandowski, Nelson Jobim e Gilmar Mendes). Como o ministro Cezar Peluso pediu vistas da Adin, no dia 22.06, a decisão está suspensa, até que ele apresente seu voto. Também faltam votar os ministros Marco Aurélio e Celso de Mello.

A Reforma Administrativa retirou 56 direitos dos servidores federais, acabou com a estabilidade no serviço público, permitiu a contratação sem concurso público e quebrou contratos de trabalho. Mais de cinco milhões de servidores nas esferas federal, estadual e municipal foram atingidos pelos efeitos negativos da emenda.

Mandado de Segurança aguarda decisão do juiz

O Mandado de Segurança para ampliar o prazo de opção para permanência no Plano de Classificação de Cargos (PCC) aguarda despacho do juiz Nalber Pontes de Almeida, da 4ª Vara da Justiça Federal. O Mandado foi impetrado pelo Sindsep-DF no dia 28.07. O objetivo é que o prazo passe a contar após a MP ser convertida em Lei.